



VIOLÊNCIA

PF tenta corrigir falhas no controle dos CACs

Lacunas do Exército, apontadas em relatórios do Tribunal de Contas da União, estão na base da transferência da fiscalização para agentes federais. Mas defensores e críticos do acesso às armas são céticos sobre a mudança

» ISRAEL MEDEIROS

Depois de 25 anos, o Exército deixará de fiscalizar a obtenção e o uso de armas de fogo por Colecionadores, Atiradores e Caçadores. A partir de 1º de julho, quem passa a fiscalizá-los é a Polícia Federal (PF), uma vez que dois relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) já apontavam a dificuldade da Força em manter um controle eficiente.

O levantamento de 2023 mostrou que o Exército concedeu licenças a 5,2 mil pessoas condenadas por crimes, contrariando o Estatuto do Desarmamento, de 2003. Foi o próprio TCU quem recomendou, naquele ano, que o governo federal centralizasse a fiscalização em um só lugar, a fim de diminuir inconsistências.

Já o relatório de 2024 mostrou que 82% dos registros de CAC emitidos pelo Exército, entre 2019 e 2022 — foram mais de 800 mil no período —, apresentaram inconsistência ou ausência de informações. O TCU também apurou a existência de centenas de CPFs falsos.

Isso não quer dizer, porém, que passar essa fiscalização às mãos da PF represente que haverá um aperto na fiscalização. Apesar do reforço orçamentário de R\$ 20 milhões para a corporação, anunciado em 15 de maio, para melhorar o sistema de acompanhamento dos CACs, além da formação de agentes para desempenhar a tarefa, tanto entidades desarmamentistas quanto defensores do armamento enxergam problemas.

O mais recente *Atlas da Violência*, de 7 de maio, ressalta as dificuldades da PF para fiscalizar armas por conta, sobretudo, da falta de integração com as polícias civis. “Informações sobre transferências de propriedade, extravios, furtos e roubos de armas controladas pela PF não são registradas no sistema (Sinarm)”, frisa o *Atlas*, acrescentando que trata-se de um “cenário de fiscalização precária e altamente vulnerável à ilegalidade”.

Joédson Alves/Agência Brasil



Relatório do TCU mostra que Exército licenciou mais de 5 mil pessoas condenadas por crimes, atropelando o Estatuto do Desarmamento

Ao **Correio**, o Ministério da Justiça e Segurança Pública argumentou que a mudança permitirá uma “supervisão mais integrada dos acervos civis e alinhada às diretrizes do Estatuto do Desarmamento, reforçando os mecanismos de controle e fiscalização desses armamentos”. A pasta salientou que o adiamento de seis meses para a transferência de competências (seria em 1º de janeiro e será em 1º de julho) para a PF se deu por questões burocráticas de orçamento e para dar tempo de capacitar servidores — por ora, foram treinados 600 agentes para esta finalidade.

Controvérsia

Para o deputado Alberto Fraga

(PL-DF), coordenador da Frente Parlamentar da Segurança Pública no Congresso, a mudança é um erro, pois a PF não teria a estrutura necessária. “Vai impedir ou dificultar o acesso daqueles que têm direito a comprar uma arma pela falta de estrutura que a PF tem para atender essa demanda”, disse ao **Correio**.

Carolina Ricardo, diretora-executiva do Instituto Sou da Paz, também aponta falta de estrutura da PF para fiscalizar os CACs, mas acredita que o Exército não tem condições de continuar à frente desse controle.

“Se você facilita um canal legal de acesso às armas, essas armas passam a existir no mercado. E isso é mais uma brecha para que seja desviada para o mercado ilegal”, advertiu. E atribuiu essa

culpa em boa parte ao Congresso.

“A gente vê, hoje, no Congresso, muito projeto de lei para facilitar o acesso às armas com essa ideia de que é sobre defesa, sobre o direito do cidadão de bem se defender. Mas o cidadão de bem tem sua arma desviada para o mercado legal. É roubado, é furtado, é cooptado pelo PCC, pelo Comando Vermelho. É uma outra realidade”, explicou.

Segundo o *Atlas*, o Brasil registrou 32.749 homicídios com armas de fogo, em 2023. Em comparação com 2013, quando foram 40.870 assassinatos à bala, houve redução de 19,9%. O índice nacional, em 2023, foi de 15,2 homicídios para cada 100 mil habitantes — queda de 25,9% em relação a 2013.

Disparada nos CACs entre 2018 e 2022

2012	41,8 mil
2013	41,9 mil
2014	40,5 mil
2015	42,4 mil
2016	55,3 mil
2017	63,1 mil
2018	117,5 mil
2019	197,4 mil
2020	286,9 mil
2021	571,7 mil
2022	783,4 mil

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024

CB.AGRO

PL que facilita licenciamento ambiental é risco à sociedade

» FERNANDA GHAZALI*

O Projeto de Lei 2.159/21, aprovado pelo Senado na quarta-feira, que flexibiliza regras do licenciamento ambiental, põe em grave risco a qualidade de vida de toda a sociedade, tal é a ameaça que representa aos recursos naturais e à segurança hídrica. A advertência é do professor Reuber Brandão, do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília (UnB) e membro da Rede Biota Cerrado.

“A retirada do monitoramento de empreendimentos causa impactos de larga escala sobre esses recursos que garantem nossa qualidade de vida e os serviços ecossistêmicos”, afirmou, em entrevista, ontem, aos jornalistas Mariana Niederauer e Roberto Fonseca no *CB.Agro* — uma parceria entre o **Correio** e a TV Brasília.

A Rede Biota Cerrado elaborou um documento, antes da votação no Senado, elencando 14 pontos considerados prejudiciais

no PL. Entre as principais preocupações está a possibilidade do autolicensingamento, que, segundo o professor, representa um risco ao transformar o processo em um “balcão cartorial”.

“O próprio empreendedor cria seu sistema de acompanhamento de eventuais impactos e ele mesmo se licencia. É quase um balcão de licenciamento para empreendimentos que podem ser complexos e, eventualmente, causar pesados impactos”, alertou.

Brandão também lamentou que o PL atropela as mudanças climáticas, ressaltando que quem está na terra depende de água, de previsibilidade e de estabilidade climática. Conforme observou, são aspectos desconsiderados no projeto.

O professor é cético sobre a possibilidade de o governo conseguir amenizar o PL assim que chegar à Câmara. E lamentou a defesa do projeto por setores que apontam o excesso de burocracia e a falta de profissionais nos

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



órgãos ambientais — para Brandão, trata-se de um argumento que disfarça a “má vontade” com as questões ambientais e científicas. “Se querem aumentar a velocidade [do licenciamento], aumentem o número de analistas trabalhando com essas informações”, disse.

Brandão também alertou que a falta de regulação e fiscalização trará prejuízos ao próprio

agronegócio, destacando que, no Cerrado, já se observa a diminuição das chuvas, o aumento das temperaturas e o desaparecimento de corpos d’água essenciais para o armazenamento de carbono. Outro risco é a redução de serviços ecossistêmicos, como a polinização e a fixação de nitrogênio no solo, fundamentais para o equilíbrio ambiental e a produtividade agrícola.



Se querem aumentar a velocidade [do licenciamento], aumentem o número de analistas trabalhando com essas informações”

Reuber Brandão, professor do Departamento de Engenharia Florestal da UnB, sobre a crítica dos defensores do PL que consideram o licenciamento ambiental lento e burocrático

A menos de seis meses da COP30, novembro, em Belém, Brandão lamentou a mensagem que o país transmite ao flexibilizar a legislação ambiental. “Estamos transformando a conservação e a manutenção dos serviços ecossistêmicos em discurso”, criticou.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Amom Mandel: estatística acaba com a invisibilidade

SOCIEDADE

País tem 2,4 milhões com transtorno autista

» DANANDRA ROCHA

O Brasil tem 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A constatação é do Censo Demográfico do IBGE e esse quantitativo representa 1,2% dos brasileiros. Entre os homens, a prevalência é maior: 1,4 milhão se declararam diagnosticados, o que representa 1,5% da população masculina. Já entre as mulheres, o percentual foi de 0,9%, o que dá aproximadamente 1 milhão de brasileiras.

São Paulo lidera a estatística, com 548 mil pessoas diagnosticadas com TEA, seguido por Minas Gerais, com 229 mil; Rio de Janeiro, com 215 mil; e Bahia, com 145 mil. Mas, proporcionalmente, Acre (1,6%) e Amapá (1,5%) apresentam os maiores índices de população com o espectro autista.

O Censo também mostra que quase metade (46,1%) dos adultos autistas, com 25 anos ou mais, não tem educação formal ou não completou o ensino fundamental. Apenas 15,7% dos diagnosticados com TEA concluíram o ensino superior.

Na educação básica, o levantamento mostrou que a maioria dos estudantes com diagnóstico declarado de autismo está na faixa de seis a 14 anos: 70,4% dos meninos e 54,6% das meninas nesta idade frequentam a escola. Proporcionalmente, são índices superiores aos da população escolar geral neste mesmo grupo etário — 55,4% entre os meninos e 51,3% entre as meninas —, o que aponta para uma maior atenção à detecção precoce e à inserção escolar dessas crianças.

Isso quer dizer que, com o desenvolvimento e o refinamento dos métodos de diagnóstico ao longo dos anos, cresceu a identificação do TEA, especialmente entre a população em idade escolar. Ainda assim, o diagnóstico tardio persiste em muitas faixas etárias.

Invisibilidade

Para o deputado federal Amom Mandel (Cidadania-AM), primeiro parlamentar a se declarar autista, o levantamento do IBGE representa um divisor de águas. “Pela primeira vez, o Brasil olha de frente para uma população invisibilizada”, afirmou ao **Correio**. Ele destacou que os dados derrubam o discurso de que “não há demanda” ou de que “não sabemos quantos são”. “Agora sabemos”, completou.

O deputado também destacou a importância desses dados para a formulação de políticas públicas. “Sem números, o poder público tem desculpas. Com os dados, não tem mais como dizer que não sabia”, frisa. Para Amom, o mapeamento permite identificar em que fase da vida as pessoas autistas mais sofrem exclusão e em quais recortes sociais mais precisam de atenção.

“Agora é possível direcionar orçamento, serviços e programas específicos”, explicou.